

**A UNE na era PT: Disputas e Consensos**

Kaique Lopes Maia

**1. RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo compreender a atuação da UNE nos anos de Governo do PT a partir de uma análise histórica de formação da identidade política da entidade, compreendendo este processo através das considerações da origem das pautas e reivindicações da entidade frente ao Governo Federal. Para tal iniciaremos uma breve explanação teórica sobre a conceituação de movimentos sociais e seus desdobramentos para a conceituação e o entendimento teórico do que é ser movimento estudantil no século XXI, tudo isso sob a luz da teoria dos “novos movimentos sociais” relacionando os momentos históricos na Europa, Estados Unidos e Brasil que originaram tal teoria e a adesão de novas pautas como as lutas feministas. Realizaremos também, uma análise histórica da constituição da UNE enquanto uma entidade de caráter representativo de abrangência nacional, por entender o papel histórico da entidade nos processos de construção das políticas públicas de educação no Brasil, bem como seu papel político importante nos vários momentos histórico do país desde sua fundação, nesse sentido daremos maior atenção aos períodos de grande tensão político entre Estado e Movimentos Sociais, ou seja, o período do Governo Vargas, que marca também a fundação da UNE, e os anos de Ditadura Militar que representou período de forte cerceamento de direitos e perseguição aos movimentos sociais. Consideraremos também momentos políticos importantes para a construção das pautas prioritárias da UNE, bem como o envolvimento em questões sociais para além de pautas diretamente relacionadas a educação. Em seguida trataremos a relação da entidade para com os sucessivos governos ao longo da história, sobretudo, entre os anos de 2003 e 2010 a partir do encontro entre o programa do Governo Federal com o programa político da UNE. Sendo assim, compreender a origem da UNE, momentos históricos de relevância política, tanto no sentido político para país, quando nos processo de formação política das disputas internas da entidade, compõe pontos de observação desde trabalho que busca dar luz ao trajeto político da principal entidade de representação política dos estudantes brasileiros, como forma de compreender a formação da agenda política da entidade no contraponto ao programa política vigente durante os anos de governo petista.

**Palavras-chave:** UNE; Movimento Estudantil; PT; Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Educação; Disputas; Lula.

## **2. Introdução**

Este trabalho tem por objetivo analisar a União Nacional dos Estudantes (UNE), durante os anos de 2003 e 2010, período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente da presidência do Brasil. O foco principal consiste em compreender as relações institucionais estabelecidas entre o movimento estudantil e o governo, levando em consideração, sobretudo, o projeto implementado de reestruturação do Ensino Superior, através de políticas públicas de expansão do acesso à Universidade. Nesse sentido, pretende-se analisar a relação que a UNE construiu ao longo dos últimos anos com o governo petista e qual o impacto dessa relação na construção e proposição em torno das políticas públicas, sobretudo, as relacionadas à educação (MARTINS e RUIZ, 2015).

Como o objeto deste estudo é a trajetória da UNE, entidade máxima de representação estudantil no meio universitário, iremos dialogar com a teoria dos movimentos sociais e com alguns estudos relativos à juventude.

As profundas transformações que as universidades públicas experimentaram nos anos de governos PT modificaram o perfil socioeconômico do corpo discente, o que consequentemente impôs ao movimento estudantil uma nova dinâmica de ação e desafios de muitas ordens. Ofereceu também a oportunidade de novos atores e organizações políticas se aproximarem das instâncias decisórias, re-ordenando a dinâmica de forças internas e da entidade com o governo. Como se trata de período ainda bastante recente cabe investigar de forma mais sistemática os impactos que tais transformações causaram no movimento estudantil universitário, bem como sob quais critérios foram eleitas as pautas e com base em qual correlação de forças.

A UNE é uma entidade que existe desde os anos 1930. A reconstrução histórica a partir do governo Vargas é parte importante na compreensão da identidade histórica da entidade. Durante a ditadura civil-militar brasileira, devido ao protagonismo que assumiu na luta contra o regime militar, recebeu a atenção de diversos pesquisadores (POERNER, 2004; PAIVA 2011). Após a redemocratização, vale destacar autores que discutiram a organização estudantil (POERNER, 2004) e, mais especificamente, a UNE (PAIVA, 2011). No senso

comum e de acordo com certa leitura política do processo, este período após as eleições do presidente Lula em 2002, é visto como de arrefecimento das lutas sociais no país, devido em grande parte a processos de cooptação das lideranças por parte do governo, através da oferta de cargos e outros benefícios. Cabe, no entanto, investigar de forma mais cuidadosa como se deu ao longo desses mais de 10 anos a relação entre o movimento estudantil e o governo federal.

Para tal, iremos apresentar no capítulo 3 a teoria dos movimentos sociais, de maneira a compreender a trajetória histórica da UNE e dos grupos políticos que dela fizeram/fazem parte. O quarto capítulo apresentará a institucionalização e articulação do movimento estudantil através da UNE, sobretudo seu processo de construção legal e alguns marcos históricos que constituíram a configuração do que se tornou a UNE em suas primeiras décadas de 1930 a 1990. Ainda no capítulo 4, buscaremos apresentar as etapas históricas pelas quais a entidade passou desde a sua fundação até a vitória de Lula nas eleições de 2002. Por último, analisaremos, finalmente, as relações empreendidas pela UNE tanto no que se refere ao seu caráter burocrático e institucional, quanto a sua capacidade de mobilização de massas com o intuito de compreender a busca da entidade por consolidar e implementar as pautas construídas pela entidade em cada momento histórico, mas principalmente durante os anos de Governo PT.

Como metodologia de análise, usaremos material bibliográfico que trata das teorias dos movimentos sociais, estudos sobre o movimento estudantil brasileiro, além de analisar documentos provenientes das teses congressuais da UNE, cadernos de resoluções e, devido à escassez de material específico sobre a entidade, entrevistas com dirigentes e militantes que integraram as diretorias da UNE no período analisado.

### **3. Como compreender os novos movimentos sociais no século XXI**

Antes de recuperar a o processo histórico da UNE propriamente dito, faz-se necessário compreender a maneira pela qual é percebido o este tipo de movimento. Neste sentido, passaremos a uma breve explanação sobre as origens do “movimento estudantil” enquanto movimento social, mais especificamente no que se refere aos movimentos de juventude.

Segundo Márcio Nuno Rabat (2002), a juventude tem como característica a abertura para a crítica às estruturas sociais vigentes, visto a tendência existente a questionar a organização

social predominante, devido ao momento de transição que marca esta fase da vida. Ainda segundo o autor, é devido a isso que a juventude “costuma tomar parte da ação, situando-se, muitas vezes, à frente dela” (RABAT, 2002. p. 5).

Exemplo disso foi o processo de ruptura com a estrutura que, prioritariamente, tinha como núcleo de comando as elites agrárias, o que para Rabat viu sua hegemonia ameaçada devido a uma crescente classe média urbana. Como resultado, teve lugar um deslocamento da centralidade do poder econômico e político no Brasil, processo que foi facilitado graças à capacidade nacional de articulação devido à presença de quadros políticos emergidos das escolas militares.

Este cenário se tornou relevante através da formação de figuras históricas que ascenderam dos movimentos de juventude e que, posteriormente, se tornaram importantes quadros de governos e partidos políticos, como é o caso do Luís Carlos Prestes, Cordeiro de Farias, Juarez Távora, etc. Nesse sentido, verificamos que muitas das lideranças políticas atuaram, em suas origens, nos movimentos de juventude (RABAT, 2002).

O processo de “reconceituação” dos movimentos sociais durante os anos 1970 (MELUCCI, 1996) deu à juventude brasileira características distintas das percebidas na juventude dos anos 1920. Certamente, a conjuntura social e política era distinta. A ditadura instaurada em 1964 impôs aos movimentos sociais uma nova dinâmica política e social de organização e ação. No entanto, em âmbito mundial estava em curso um movimento de transição. As características classistas dos movimentos sociais deixaram de ser o fator de unidade principal - as chamadas “lutas por redistribuição” que Fraser (2006) menciona -, apesar de ainda presentes, para darem espaço às “lutas por reconhecimento”, cenário no qual se experimenta uma maior pluralidade de grupos sociais organizados, agora a partir de identidades específicas, como o movimento feminista, a luta pelos direitos civis nos EUA, o movimento ambientalista, entre outros. Assim, os movimentos identitários ganharam força nos Estados Unidos e Europa, a pauta ambiental passou a ser percebida como importante, enfim, o movimento social passou por um processo de internalização que demanda das organizações adaptabilidade, ou seja, surgem movimentos que se organizam a partir de pautas bastante direcionadas e objetivas que, até então, não constavam no hall de pautas dos movimentos sociais tradicionais.

Em contraponto à realidade da Europa e dos Estados Unidos, a conjuntura brasileira era de ditadura nos anos 1970, isto é, de fechamento político e centralização do Estado. Enquanto a Europa e os Estados Unidos viviam o auge da implementação de políticas e da ideologia neoliberal, o Brasil vivia o cerceamento de direitos calcado em um controle intensivo do Estado sobre todos os tipos de relações sociais. Em paralelo, as organizações da esquerda brasileira passaram por uma intensa crise organizativa com rompimentos internos e acusações de imobilismo frente a ditadura, intensificadas pelas denúncias de Khrushchev sobre os crimes de Stalin, que seguia até este período sendo a principal referência das organizações de esquerda no mundo. (GORENDER, 1987)

No Brasil, o PCB, principal força da articulação comunista no país, reproduziu o que se dava pelo mundo. Nos anos que antecederam o golpe de 1964 teve de lidar com os diversos rompimentos em decorrência, principalmente, das acusações que produziram um afastamento de parte considerável de sua militância (SANTANA, 2008. p. 286).

O processo de formação do Movimento Estudantil do Brasil acompanha o desenvolvimento e modernização dos movimentos sociais como um todo (MELUCCI, 1989), mais especificamente com os movimentos sociais de juventude, como vimos. Antes de adentrar a conceituação e análise do movimento estudantil no Brasil, faz-se necessário traçar a linha histórica de formação e mobilizações da juventude brasileira e entender a constituição de um movimento de juventude a partir de sua participação em distintas arenas.

Neste sentido, conhecer e compreender as origens da UNE enquanto órgão aglutinador das efervescências, ideologias, rebeldias e pautas da juventude faz-se necessário para perceber o processo de formação da entidade nos dias de hoje, sobretudo no recorte temporal delimitado neste trabalho.

A UNE tem como ponto de partida a realização do I conselho Nacional dos Estudantes, ocorrido em 1937 que dá início a criação de uma entidade representativa nacional nos moldes institucionais da política, sobretudo das políticas públicas de educação que foram capazes de permitir uma estrutura formal composta por agentes políticos radicalmente divergentes entre si, mas que desenvolveram uma forma de interação na construção da entidade atribuindo a política educacional como eixo unitário que em linhas gerais, permitiu coesão enquanto entidade. Vale destacar que o movimento estudantil sempre esteve atento à vida política do

país, posicionando-se publicamente sempre que necessário. Exemplo disso diz respeito ao golpe de Estado, ocorrido em 1930, que colocou Getúlio Vargas à frente do governo brasileiro e que gerou grande politização nos embates e discussões estudantis.

Tal concretização de relação remonta o conceito de Frente Única e sua busca pela unidade da base, superando, no momento tático da ação, suas divergências políticas e metodológicas como forma de incidir de maneira mais eficaz em determinada pauta, sem deixar de lado princípios fundamentais de organização tais como a democracia, fator indissociável de uma organização de frente única de esquerda (PAIVA, 2011, p. 24). São em momentos cruciais de acirramento da conjuntura que tivemos no caso brasileiro, experiências de frentes estudantis que, aberto mão das disputas internas das entidades, formaram uma unidade da ação de luta para temáticas sensíveis ao movimento estudantil. Recentemente podemos, por exemplo, indicar a luta unitária, inclusive com outras classes de trabalhadores, contra as reformas do Governo Michel Temer (2016-2018).

Mais recentemente, a partir dos anos 2000, observa-se novo conjunto de transformações no interior do movimento estudantil, marcado pela adesão de diversos movimentos sociais do país ao novo governo PT. A gestão de Lula teve como linha de discurso a aproximação da classe trabalhadora do poder, mas, para além disso, a ampliação do diálogo com movimentos sociais e o compartilhamento do processo decisório da gestão.

Trazendo para a experiência brasileira, o entendimento é de que, tal qual passaram os movimentos sociais na Europa, os movimentos de juventude no Brasil perderam, em algum nível, sua articulação, antes prioritariamente centradas nas pautas políticas e questões sociais. Para a autora Regina Novaes, a juventude se tornou apática no que tange à “participação coletiva para mudanças sociais” (NOVAES, 2006, p. 03). Já Caldeira (2008) observa que as tendências internas dos partidos, mais especificamente do PT, se voltou para pautas que tocavam as demandas da juventude periférica, tornando o movimento de juventude bastante territorial. Por outro lado, o autor também ressalta o papel que a juventude do PCdoB assumiu frente ao movimento estudantil, neste novo contexto dos anos 1990. Colocando-o em setores menos populares e tratando de pautas menos políticas no sentido institucional e social adotando uma política de demandas concretas e que tinham, sobretudo, capilaridade no interior do país, onde as outras organizações políticas pouco atuavam.

Essa reestruturação do *modus operandi* facilitou a aproximação dos movimentos de juventude que passavam por uma mudança em suas culturas políticas, aderindo cada vez mais a modos horizontais e participativos de organização coletiva.

Marília Pontes Sposita, em “*Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação*”, apresenta uma construção histórica da organização juvenil que possibilita perceber esta mudança:

*Se considerarmos essas mudanças de natureza mais ampla, os jovens não seriam portadores de práticas tão excepcionais. Pesquisas realizadas em países europeus, na década de 90, confirmaram certas tendências como: o afastamento dos jovens mas não a negação dos sindicatos, mantendo com essas instituições apenas uma relação instrumental e de exterioridade (Bauby e Gerber, 1996); a desconfiança em relação aos partidos, mas o reconhecimento de um interesse difuso sem a participação correspondente (Ricolfi, 1997)<sup>12</sup>; e a busca de uma política sem rótulos tradicionais que designam posições de direita e esquerda (Muxel, 1997).*

É desta forma que a tese de que a maneira aglutinadora no novo governo compôs com o momento de transição dos movimentos sociais para que tal relação se desse de uma forma harmônica e, em certo nível, bem sucedida se sustenta, mesmo que tal narrativa não seja a única sobressalente deste processo.

O próprio PT teve em seu interior, correntes políticas que, a partir de 2003, passaram a divergir da linha majoritária do partido que estava organizada em torno da Articulação - Unidade na Luta, que veio a se tornar a tendência Construindo um Novo Brasil (CNB), tendo como marco a votação da Reforma da Previdência no fim de 2003, que gerou um movimento de rompimento de tendências internas do PT (RIBEIRO, 2010)<sup>1</sup>.

#### **4. As relações institucionais da UNE**

A União Nacional dos Estudantes, como dito anteriormente, nasceu da efervescência da ação estudantil de diversas tradições políticas. É verdade que a busca por uma entidade representativa nacionalmente marcou os anseios da juventude, que trabalhou para sua constituição. No entanto, a criação de um órgão articulador dos estudantes surgiu

---

<sup>1</sup> Grupos como Movimento de Esquerda Socialista (MES), Corrente Socialismo dos Trabalhadores (CST), entre outros, se constituem enquanto uma oposição interna à política que se busca implementar, gerando embate interno e nas arenas públicas do Partido. Culminando no rompimento de um campo do partido com o PT (Ribeiro, 2010).

impulsionado pelo 1º Congresso Operário Brasileiro, dirigido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Durante as primeiras décadas de existência a UNE se consolidou e cresceu dentre os estudantes universitários graças a sua ampla atuação no que tangia a vida política dos estudantes brasileiros não só nos temas diretamente relacionados com a educação, mas também na vida cotidiana da sociedade. Ou seja, ao mesmo tempo que a UNE debatia e pautava a necessidade de se pensar políticas de educação relacionadas a universalização da Universidade pública, a criação de símbolos de pertencimentos como a carteirinha da UNE, etc, ela também tinha nos seus cadernos de lutas a campanha em defesa do petróleo ( “o petróleo é nosso!”), o impeachment do Presidente Collor, etc. (POERNER, 2004, p.13). Foi assim que a UNE adentrou a uma forma mais radicalizada de proposição política frente ao Estado brasileiro (SANTOS, 2007, p. 38).

Outro momento fundamental da articulação estudantil foram as mobilizações em busca das Reformas de Base e a Reforma Universitária. A conjuntura política do país, naquele momento( início da década de 1960), facilitou que o debate tomasse proporções nacionais e que o próprio Estado debatesse a pauta. Com a renúncia de Jânio Quadro, em agosto de 1961, a UNE se colocou ao lado de João Goulart na defesa de seu mandato como presidente, o que aproximou o presidente da entidade. (BARCELLOS, 1997, p 44).

Este período representa para a entidade um momento crucial para sua colocação com real mobilizadora social em defesa de um programa, visto que é durante as gestão de 1961 e 1962 que a UNE se mostra uma organização capaz de mobilizar, planejar e dar sentido às suas ações. Representou, nesse sentido, o passo mais largo em direção aos preceitos e ideologias do campo da esquerda. A sistematização dessa nova postura da UNE se deu a partir da “Declaração da Bahia”, documento produto do *Seminário Sobre a Reforma Universitária*<sup>2</sup> (SANTOS, 2007).

A realidade política da UNE, neste momento, era, portanto, a de uma organização pautada pela crítica estrutural da sociedade e que se propôs, como indicado na Declaração da Bahia, a produzir uma nova realidade para a sociedade brasileira. Ou seja, a UNE assumiu a

---

<sup>2</sup> Que foram encontros que se realizaram com o objetivo de discutir a Reforma Universitária em seus moldes e objetivos e que foi realizado em Minas Gerais, Paraná e Bahia.

responsabilidade de indicar, defender e construir um novo projeto de sociedade a ser colocado em disputa, transcendendo o debate limitado ao programa educacional do país, dedicando-se igualmente a debater as estruturas estatais dentro do sistema capitalista.

Barcelos aponta que o objetivo dos estudantes da UNE nesse momento foi o de possibilitar que a entidade se projetasse como uma referência para as demandas populares. A maneira de fazer isso, segundo Araújo, era enquadrando a reforma universitária como parte das reformas de base, promovendo reformulações como a inclusão dos estudantes nos processos decisórios de órgãos colegiados, mudanças nas formas de acesso, promovendo a deselitização da Universidade etc.

Tais discussões foram interrompidas com o golpe de 1964. Sustentada historicamente por organizações de esquerda, a UNE sofreu logo no início a violência institucional do Estado. Nas horas que antecederam o golpe de 1964, o exército deu início a uma intensa perseguição contra a entidade, que começou com a invasão da sede da entidade e destruição da documentação e do patrimônio ali guardados e se estendeu até a lei Suplicy Lacerda<sup>3</sup> que colocou, finalmente, a entidade na ilegalidade.

Diante de um cenário restritivo acerca de mobilizações de massa, Araújo relata que coube a UNE articular manifestações e outras formas de ação de maneira clandestina (2007, p. 157), já que sua existência foi tratada pelo regime como ilegal. Para tal, contou com o apoio de civis, que em muitos casos haviam apoiado o golpe (BARCELLOS, 1977, p. 58), mas principalmente da Igreja, que apoiou as tentativas de manutenção das organizações estudantis e dos próprios congressos em si.

Diante deste cenário, a organicidade e capacidade de ação da UNE ficou abalada. Reunir o movimento estudantil num grande congresso se tornou, a partir do Congresso de Ibiúna<sup>4</sup>, inviável. A saída encontrada foi a realização de encontros menores que pudessem indicar nacionalmente uma política unitária da entidade (PAIVA, 2009, p. 54). No entanto, mesmo

---

<sup>3</sup> Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, dispunha sobre os órgãos de representação estudantil. Na prática, a lei submetia as entidades representativas (como Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes) ao controle direto das direções e conselhos universitários, além de proibir qualquer ação de caráter político-partidário. Resulta desta deliberação autoritária um processo de esvaziamento das entidades estudantis por parte dos movimentos de esquerda que haviam conduzido estas entidades nos últimos anos (CÂMARA LEGISLATIVA).

<sup>4</sup> Congresso que promoveu a “Passeata dos Cem Mil” que culminou na repressão da polícia e prisão de todos os estudantes que participavam do Congresso da UNE naquele ano.

com a mudança tática, a UNE sofreu com a perseguição e seus presidentes seguiram sendo presos<sup>5</sup>.

Ainda em 1965, o Ato Institucional nº 2, extinguiu todos os partidos do país, deixando apenas a ARENA e MDB. Nesse sentido, todas as organizações mobilizadoras da UNE passaram a ter de agir na clandestinidade. A partir de então, uma parte da mobilização das organizações políticas de esquerda se realizaram através da luta armada. Foi o caso do MR-8 e a Aliança Libertadora Nacional (ALN) liderada por Carlos Marighela (ARAÚJO, 2007, p 192).

Os movimentos da luta armada tiveram, numericamente, maior adesão entre estudantes e, no geral, se concentravam em centros urbanos. Segundo Santos (2007), a única organização capaz de dar continuidade à sua mobilização, sobretudo no interior do país, foi o PCdoB. Embora também estivesse na clandestinidade, conseguiu empreender esforços bem sucedidos de adesão de militantes no meio rural. Vale pontuar que embora houvesse a nomenclatura de partido, o período no qual se organizam não permitia a formação de um partido político dentro da lógica do senso comum, tendo então, atuação tipicamente identificado com movimentos sociais em vários aspectos de estruturação de pautas, sistematização de ação, identidade de problemática, etc.

Em paralelo às táticas de ação direta das organizações que aderiram à luta armada, uma parte dos estudantes seguiram na construção de uma política mais institucional na tentativa de conseguir, dentro das universidades, ver atendidas suas pautas. A perda de militantes nos primeiros anos da ditadura se mostrou bastante problemática nesse sentido. A repressão do Estado não só afastou os estudantes do debate político, como também os dividiu entre militantes guerrilheiros e militantes centrados pela busca do debate político nas universidades.

Nos anos que antecederam o fim da ditadura os movimentos sociais se reorganizaram no que tange a ação política em si, mas não só o fim da ditadura foi responsável por esse processo, a luta pela anistia cumpriu um papel de aglutinação dos setores democráticos importante no fim dos anos de 1970. Articulado com o processo de constituição da Frente Ampla, a UNE conseguiu se rearticular. É neste contexto que ocorre a eleição de Rui César Costa e Silva, de forma direta, para a presidência da UNE, em 1979, juntamente com a aprovação de um carta de valores que indicaria os caminhos a serem seguidos pelos estudantes brasileiros dali por

---

<sup>5</sup> Foi o caso do Presidente eleito preso em 1968, encerrando abruptamente a gestão 1967 - 1969.

diante (Paiva, 2011, p. 59). Dentre os indicativos da carta, pautas históricas seguiam como centro da ação do movimento estudantil, tais como a gratuidade da educação e o aumento das verbas da educação. A elas se somavam as novas pautas: a volta do Estado Democrático de Direito, assim como a anistia de militantes e a criação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Neste novo contexto, a UNE desenvolve novas concepções, que podem ser compreendidas a partir de diferentes pontos de vista. Em 1980, durante o 32º Conune, a estrutura interna de diretorias sofreu modificações, dentre as quais estão as criações dos cargos de tesoureiro e o Departamento Feminino da entidade, neste ponto é possível perceber que apesar de ainda em governo autoritário, deu-se início a abertura dos movimentos sociais para o diálogo com as pautas identitárias, pelas quais os movimentos sociais do restante do mundo já estava em processo. Outra mudança importante ocorrida nesse congresso foi a adesão e atualização de pautas históricas e ratificadas de outras na refundação da UNE, no fim da década de 1970. Diferentemente do que se pautava anteriormente, a gestão eleita em 1980, sob a liderança do PCdoB na figura de Aldo Rebelo, passou a ter como reivindicação o subsídio de mensalidades nas Universidades Privadas, posição conciliadora com o mercado educacional (PAULA, 2009, p. 141).

Faz-se importante pontuar aqui a gestão de Rebelo é um marco divisor das disputas de organizações e tendências dentro da UNE. A partir de 1980 tem início o processo de fortalecimento do PCdoB à frente da entidade estudantil. Muito embora tenham ocorrido, entre 1987 e 1991, gestões dirigidas por tendências petistas, o PCdoB assumiu desde então um papel de mobilização das massas estudantis, fruto de sua capacidade de articulação política no interior do País durante os anos de ditadura (PAIVA, 2011, p. 52).

Na gestão de Aldo Rebelo nasceu o processo de articulação da juventude associada ao PCdoB. A União da Juventude Socialista (UJS), fundada em 1984, rapidamente se tornou uma das mais influentes forças da UNE. Exemplo disso foi o resultado do 36º Congresso da UNE, que elegeu o PCdoB para assumir a diretoria, marco do início da hegemonia da UJS à frente da entidade.

Com a abertura democrática, a UNE voltou a se articular sob a luz da legalidade. Nas eleições indiretas de 1985, Tancredo Neves foi eleito com o apoio da UNE. Decisão esta que partiu,

sobretudo, da influência e mobilização da UJS. Em verdade, a decisão de apoiar a chapa Tancredo e Sarney produziu discordâncias entre as tendências internas. A juventude do PT, por exemplo, se opôs veementemente ao apoio, não só na UNE mas também nas instâncias formais do Estado, parlamentares do partido que votaram a favor da chapa foram expulsos do (PAIVA, 2011).

A aproximação com o governo deu aos militantes da diretoria da UNE condições para mobilizar espaços de debate e construção programática que há muito tempo não era possível. Um exemplo desse processo foi a formação de uma comissão para elaborar propostas para o Ensino Superior com o Ministério da Educação (MEC), além do seminário sobre a Reforma Universitária e o seminário da UNE com propostas a serem encaminhadas para Assembléia Constituinte em 1986 (PAIVA, 2011, p. 62). A entidade recuperava seu papel como ator político importante não apenas no meio estudantil, mas intervindo também na agenda nacional.

### **5. A UNE e as Políticas Públicas do Governo Lula**

Durante os anos de governo Lula, a UNE passou a ter com o governo um outro tipo de relação. Vale lembrar que durante a maior parte de sua existência, a UNE possuía canais de diálogo abertos com o governo federal, mas é no governo Lula que a UNE passa a de fato compor a base aliada do Governo Federal.

Um dos principais fatores para que a relação entre entidade e governo tenham se constituído de tal maneira, parte das relações estabelecidas numa outra esfera política (MAIA, 2018, p. 61). Como dito anteriormente, a UNE no fim dos anos 1980 passa a ter como principal organização política atuante na sua estrutura burocrática, a juventude do PCdoB, partido que compõe a base aliada do governo petista. Diferente da relação instituída em outros momentos históricos em que a relação estabelecida, se dava por uma necessidade institucional que se pautava por diferentes fatores nos mais variados períodos históricos.

O processo de reforma universitária teve seu marco legal a partir de 2006, através do Projeto de lei nº 7.200. É, possivelmente, o primeiro grande momento de disputa dentro da pauta da educação durante o Governo Lula. Embora outras ações já houvessem sido implementadas no campo educacional, a reforma configurava pauta histórica da entidade e produziria grande

impacto na vida social brasileira. De acordo com o militante Heitor César (PCB), a reforma universitário tornou-se o centro das discussões e disputas da UNE no período de 2003 à 2010.

Em linhas gerais, podemos observar que havia, por parte do governo, o projeto de construção e legitimação de sua política pela sociedade brasileira, sobretudo buscando dialogar com profissionais e militantes que atuavam nas pautas da educação (CÊA, 2006, p. 45-46). Porém, apesar do documento que veio a se tornar o projeto de lei 7.200/2006, ter sido apresentado como um discurso de consenso, na prática o que pôde-se observar foi a imposição de um discurso pelo Campo Majoritário, embora tenha havido inúmeras tentativas por parte do governo para se atingir o almejado consenso.

Nesse sentido, é possível afirmar que parte da estratégia de legitimação aplicada pelo governo ao assumir a presidência foi a de validação de seus programas, sobretudo os de cunho social, a partir dos movimentos sociais. Com isso, a UNE teve possibilidade de consolidar uma relação mais estreita com as instâncias governamentais. Não se tratava de um processo de cooptação, como alguns militantes analisam, mas sim, segundo o militante Heitor César, havia entendimentos muito parecidos entre o Governo PT e a UJS, que facilitaram esse processo de aproximação.

*O Campo Majoritário da UNE, tinha nas bandeiras das políticas públicas o seu carro chefe de bandeiras, ou seja, esse setor que dirigia hegemonicamente a entidade, eles apresentavam nos congressos da UNE e nos seus fóruns que eles eram os defensores dessas políticas públicas e um dos principais interlocutores com o governo, ou seja, eles utilizavam essas bandeiras como algo pra se promoverem no movimento estudantil. Legítimo até... Apesar de ser da oposição, acho legítimo até porque eles compunham de fato isso, eles acreditavam de fato no que eles estavam fazendo. Eu sempre faço um recorte nesse debate pra dizer que não houve cooptação, o que houve foi atrelamento. Esses setores não foram cooptados porque eles faziam parte desse projeto.[...] Eles se espelhavam nessas bandeiras (CÉSAR, 2018).*

Sendo assim, chegamos à conclusão de que a aliança estabelecida em nível nacional entre o PT e o PCdoB, resultou no fortalecimento de pautas e programas defendidos pela UJS e pelo Campo Majoritário da UNE. Há, nesse sentido, uma relação bastante orgânica entre partido (PCdoB) e seu movimento de base de juventude (UJS). Os dirigentes da UNE entendem o momento como uma excelente oportunidade para ver concretizadas suas bandeiras de luta,

como a democratização do ensino superior, o fim do vestibular, a implementação das cotas raciais e para alunos de escola pública, entre outras ações.

Contudo, o campo da oposição verá nesta relação “atrelamento” ou “aparelhamento”. Esta é a opinião de Luiza Foltran, militante do RUA, que critica ainda o fato da direção da UNE se aproveitar deste espaço para fazer dele sua plataforma de legitimação do governo. Além de excluir sistematicamente os setores de oposição das “grandes” decisões.

*Nos anos petistas, como tinha essa relação um pouco mais fisiológica, a maioria das campanhas não eram aprovadas em reuniões da UNE. [...] Eles se reuniam no campo deles e tiravam. Quando o diretor da UNE, da oposição, fica sabendo, porque pegava o panfleto na mão. [...] não era debatido (FOLTRAN, 2018).*

Não se trata apenas, porém, de uma análise polarizada entre oposição e Campo Majoritário. Dentro do próprio Campo Majoritário, Paiva aponta que havia discordâncias quanto ao projeto petista. Em 2006, por exemplo, o presidente da UNE, Gustavo Lemos Petta, pertencente à UJS, apontou vários pontos críticos da reforma, como o investimento de recursos financeiros em universidades privadas através do PROUNI, indicando as consequências negativas na aplicação do projeto tal como estava sendo proposto pelo governo federal. Mesmo diante disto, a UNE enquanto entidade seguiu na defesa da proposta apresentada pelo MEC, posteriormente aprovada pela Câmara (PAIVA, 2011, p. 124-125).

Junto com a legitimação do governo, coube à UJS, como força da juventude de maior expressão, promover e defender a plataforma petista para o governo. Para tal, várias estratégias foram adotadas pelas organizações de apoio ao governo. A primeira delas tratava de empreender seus esforços de mobilização em função dos projetos vindos do Governo Federal<sup>6</sup>. Tal proximidade, fez com que assumisse uma postura de reivindicação, ou seja, iniciava lutas reivindicatórias com a segurança de que seriam mais facilmente implementadas.

*Durante o Governo do PT, a UNE entrou numa agenda política muito coesa com o governo do PT [...], por exemplo, antes de aprovar o REUNI, o ProUni e o FIES, a UNE [...] era um conchavo tão grande que era tosco,*

---

<sup>6</sup> Tratava-se de todas as pautas relacionadas a educação. Para figurar como proposta apoiada pelo movimento estudantil, o Governo Federal articulava com direção Majoritária da UNE, para que tal projeto fosse considerado de interesse da entidade.

*porque na verdade elas propagandeavam, faziam uma luta fake de que tal coisa ia ser aprovada e aí a parada ia ser aprovada [...], mas não que a luta conquistou, porque tipo ‘cê tinha uma passeata pelo PNE, o debate do PNE que eles exaltam muito, que foi 10% do PIB pro PNE e a questão dos royalties do pré-sal. Isso já estava em negociação com os setores deles da Câmara e tal há muito tempo e as passeatas sobre isso, não eram passeatas, foram totalmente irrisórias, tinha sei lá, 50 pessoas, foi totalmente simbólico. Eles fizeram algumas ações com os militantes deles em alguns lugares e depois disseram que aquilo ali negociou as pautas. (FOLTRAN, 2018)*

Em contraponto ao entendimento da O.E., o Campo Majoritário argumenta que não se trata de cooptação ou defesa ao governo, se trata de maior abertura por parte dos governos petistas em atender as demandas dos estudantes. Erika Rodrigues, 1ª Vice-presidenta da UNE e militante da Tendência CNB associada ao PT, para a gestão 2017-2019 argumenta que:

*A UNE sempre foi uma entidade combativa [...] e sempre trouxe pautas pros governos, sendo que nos governos PT as nossas pautas eram mais atendidas, tanto que os 75% do pré-sal pra educação era uma pauta da UNE, os próprios processos de expansão, foram, em grande parte, construídos pela UNE. [...] Nos governos PT nós tínhamos mais diálogo pra apresentar isso (RODRIGUES, 2018).*

## **6. Considerações Finais**

Na dinâmica dos movimentos sociais brasileiros onde há ora consonância com os movimentos sociais do mundo, ora enfrentam conjuntura política distinta e que, por vezes, seguia na contramão do mundo, compreender o movimento estudantil trata-se de observar as fragilidades do que se tem, no conjunto da sociedade, como mais fundamental de uma sociedade que é a educação.

Neste sentido buscamos reconstruir o trajeto histórico percorrido pelo movimento estudantil brasileiro desde o principal marco da sistematização da luta organizada dos estudantes que foi a fundação da UNE nos anos de 1930. Entendendo que o passado da entidade nos permitiria entender em parte as tensões e as consolidações programáticas existentes no recorte temporal a qual este trabalho buscou estudar.

É fácil perceber que desde o início a participação de uma entidade nacional de representação na área da educação, teve uma importante participação nas políticas públicas brasileiras. A juventude universitária brasileira esteve durante décadas sensível ao que tocava politicamente

a realidade social no Brasil sem ausentar das diversas possibilidades de intervir nessa realidade.

A UNE esteve presente nas disputas de projetos de Brasil desde sua criação e, seguramente, tem um papel fundamental no que hoje temos estabelecido na realidade brasileira. Sua atuação esteve permeada pela participação dos mais diversos grupos da juventude, grupos estes que sofreram influências de movimentos sociais diversos, partidos políticos e da própria conjuntura política do país.

A entidade, em si, passa por disputas que buscam cumprir uma agenda política que tem como eixo central a educação, mas que não se esgota nesta temática. Muito pelo contrário a demanda política latente no Brasil faz da atuação da UNE mais ampla atendendo a temáticas diversas.

De fato a consolidação da referência política na UNE é percebida pela sua grande capacidade de mobilização política não só de estudantes, mas também da juventude. Vale lembrar que antes dos anos da expansão universitária, o quantitativo de estudantes brasileiros era bastante inferior do que as mobilizações convocadas pela UNE.

Este panorama remete a uma construção de mobilização que parte das temáticas sensíveis a sociedade brasileira e principalmente a juventude, mas também é importante creditar tal capilaridade a participação de outros agentes políticos no processo de mobilização da UNE.

A história da entidade foi construída através de mobilizações e construções programáticas que a tornam referência para estudantes e organizações políticas de todos os tipos e é por esta razão que se tem na UNE a principal arena sistemática de disputa da juventude. Partidos políticos, coletivos setoriais, entidades representativas e estaduais, passaram a compor a UNE no período pós ditadura por reconhecer nela, a força de mobilização que possibilitaria os avanços programáticos dessas organizações.

A mudança de atuação de atuação da UNE nos anos de governo Lula mudou a correlação de forças internas da entidade e o papel da UNE nas relações sociais. A entidade passou de mobilizadora sob a lógica de um programa, até então, tido como radicalizado para um programa que tem como orientação o programa educacional do governo agindo como apoiador e legitimando a implementação dessas políticas.

A mudança dessa correlação de forças para com o governo é salientada pela mudança da correlação interna das disputas. Nos períodos que antecederam o governo Lula, havia disputa política na UNE que de modo geral tratavam pontos de divergências que debatiam, sobretudo o método de atuação e modelo de entidade. Nesse caso as tendências governistas protagonizaram esses tensionamentos. Com a entrada do PT no Governo Federal houve adesão ao governo por parte da UJS, o que coloca, em teoria, as juventudes petistas e a UJS no mesmo campo político, embora ainda fossem presente as divergências entre ambas e tenha demorado a se expressar na composição de chapas. A volta de uma disputa mais acirrada só foi percebida novamente com a criação de uma nova organização política dissidente do PT. Que por sua vez também possuíam suas tensões internas

Tal entendimento se faz importante para compreender a agenda política da entidade e das organizações que a compõe. Numa análise interna é possível perceber as divergências programáticas entre os campos políticos, o que é possível identificar nas disputas das arenas.

Os entendimentos produzidos no interior dos campos passam por mudanças ao longo dos anos. Vejamos os motivos e os marcos históricos que nos permitem analisar esse processo. O Governo Lula é eleito em 2002 e logo no início de seu mandato enfrenta uma crise interna no partido que culmina na dissidência de alas mais à esquerda do partido. Esta dissidência transbordou para a organização e as disputa da UNE. Em 2003, com a saída de diversas correntes do partido e a fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), parte do campo que, mesmo não compondo a direção majoritária, estava no apoio ao Governo Federal, passa ao campo de oposição. Com o avançar dos anos e a intensificação das medidas liberais do Governo Lula, que na educação se traduzem em políticas de fortalecimento das empresas de ensino através do FIES e, principalmente, pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), o campo de oposição muda seu entendimento sobre o governo. Se no 49º CONUNE, realizado em 2005, esta recém oposição aponta erros e equívocos do governo que, segunda suas teses, ainda se configura como um governo de esquerda e dos trabalhadores, em 2007 o tom é de denúncia contra um governo que para os setores de oposição deixaram de compor o campo da esquerda brasileira. Entendimento este que o campo de apoio ao governo diverge, apesar do discurso de ainda haver necessidade de conciliação com a burguesia, este campo passa a reivindicar os avanços e conquistas sociais produzidos pelas políticas de governo, ignorando o cunho ideológico empregado em tais políticas. Ponto este que a oposição entende ser, de

forma fria, prova da degeneração do governo petista em relação ao espectro socialista, do qual reivindicou por bastante tempo.

Outro ponto fundamental é a compreensão do papel e da ação do Estado durante o governo petista, gerando tensionamento no sentido de que o governo ou traiu as pautas, a história, bem como a base popular de seu eleitorado que o elegeu ou precisou dialogar com setores adversários da burguesia na intenção de viabilizar conquistas e avanços sociais, só possíveis com a diminuição do conflito do Estado com a burguesia. Desta forma, o campo da oposição de esquerda da UNE (O.E.) entende o governo popular do PT como uma conciliação de classe que implementa a pauta neoliberal em demasia. Entendimento tratado como radicalizado pelo Campo Majoritário da entidade que, como pudemos perceber, desenvolveu uma relação próxima e bastante amigável com o governo. Para estes, o diálogo com a burguesia se fazia necessário para possibilitar o desenvolvimento econômico que permitiria políticas de desenvolvimento social com efetividade.

Por fim faz-se importante pontuar que as políticas e a atuação da UNE a qual trata o recorte histórico deste trabalho são bastante recentes, o que nos permite apenas um olhar ainda limitado acerca dos desdobramentos mais qualitativos dos esforços envolvidos neste processo. Junto a isso cabe salientar as preocupações e esforços que ambos os campos empreenderam em produzir análises possíveis na construção da história de 8 anos de governo Lula e mais 6 anos de desdobramentos de suas políticas sob o mesmo eixo ideológico. De forma concreta a captação dessas análises se deu de maneira minimamente destoante, visto a dificuldade de levantamento bibliográfico e acesso a fontes primárias.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BARCELLOS, Jalusa. **Revista UNE: 60 anos a favor do Brasil**. Rio de Janeiro, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Unb, 1983.

**ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019**

BONETI, Lindomar Wessler. Educação e Movimentos Sociais hoje. In: JESINE, Edineide e ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs) **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**. Campinas-SP: Alínea, 2007.

BRINGEL, Breno. “O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil”. In: **Eccos - Revista Científica**, vol. 11, nº 1, p. 97-121, jun. 2009.

EDUCAÇÃO. **Revista Educação**, Ano 2, nº 3, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. “A Universidade do Brasil: um itinerário marcado de lutas”. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 10, pp. 16-32, Jan/ Abr. 1999.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao conhecimento? Dilemas de da justiça numa era ‘pós-socialista’”. In: **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, 2006, pp. 231-239.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**, nº 32, 2013.

MAIA, Kaique Lopes. **A UNE NA ERA PT: DISPUTAS E CONSENSOS**. 2018. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração Pública, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2018.

MARTINS, Fernanda de Souza; RUIZ, Maria José Ferreira. “O movimento estudantil e a democratização da educação”. In: **SIMPÓSIO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**, 6, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. pp. 172 - 184.

MELUCCI, Alberto. “Um objetivo para os movimentos sociais?”. In: **Lua Nova**, São Paulo, v. 17, jun. 1989, pp. 49-66.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. “Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 66, out. 2003, pp. 117-149.

NOVAES, Regina. “Juventude e sociedade: jogos de espelhos”. In: **Sociologia Especial**, São Paulo, ano I, nº 2, 2007, pp. 7-15.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves. **A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação de Mestrado. UNIOESTE. CASCAVEL, 2011.

PERALVA, Angelina. “O jovem como modelo Cultural”. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 5, p.15-24, maio/junho/julho/agosto. 1997.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Edição ilustrada, Rio de Janeiro, 1968.

RABAT, Marcio Nuno. **A Participação da Juventude em Movimentos Sociais no Brasil**. Consultoria Legislativa, Brasília, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. “Ditadura e democracia: questões e controvérsias”. In: MARTINHO, Francisco (Org.). **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

SÁNCHEZ, José María Aran da. “El Movimiento Estudiantil y la Teoría de los Movimientos Sociales”. In: **Convergencia**, Coatepec, v. 21, p.225-250, jan./abr. 2000.

SANTOS, Laura Karina Maia dos. **A União Nacional dos Estudantes e a “Reforma Universitária” do Governo Lula: a educação pública em debate**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. “Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação”. In: **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, set. 1999, pp.73-94.

TILLY, Charles. **From Mobilization to revolution**. Michigan: Mcgraw-hill, 1978.